## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. PEDRO AIHARA)

Insere o art. 90-A na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para dispor que, nos estabelecimentos penais do Brasil, seja vedada a instalação de tomadas de energia elétrica nas áreas acessíveis aos presos e sejam retiradas aquelas já instaladas, nos termos que especifica.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei insere o art. 90-A na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para dispor que, nos estabelecimentos penais do Brasil, seja vedada a instalação de tomadas de energia elétrica nas áreas acessíveis aos presos e sejam retiradas aquelas já instaladas, nos termos que especifica.

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescida do art. 90-A com a seguinte redação:

> "Art. 90-A É vedada a instalação de tomadas de energia elétrica nas áreas em que os presos tenham acesso em todos os estabelecimentos penais do Brasil". (NR)

Art. 3º As tomadas de energia elétrica já instaladas em áreas em que os presos tenham acesso quando da entrada em vigor desta Lei deverão ser removidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## **JUSTIFICAÇÃO**

A preocupação legítima de todos os brasileiros com o que ocorre dentro dos presídios brasileiros precisa ser reverberada também no Parlamento. Isso, porque os reflexos desses acontecimentos internos estão espalhados por todos os cantos do País, seja na realização de ações criminosas pontuais e específicas coordenadas de dentro dos cárceres, seja no próprio aumento da criminalidade em geral em função da existência e do fortalecimento de organizações criminosas complexas, poderosas e com grande efetivo e amplitude de atuação que são comandadas por apenados mantidos dentro dos presídios nacionais.

Considerando que temos hoje no Brasil cerca de 820 mil pessoas privadas de liberdade, espalhadas em centenas de estabelecimentos penais de tamanho, estrutura, segurança, conservação e controle bastante diversos, a questão do efetivo bloqueio do contato dessas pessoas com o mundo exterior se torna tarefa extremamente complexa.

Sabemos da existência de tecnologias de bloqueio de aparelhos celulares e similares de comunicação, mas conforme analises "in loco" não são efetivas.

Nesse contexto, adotar medidas que coíbam o uso de aparelhos celulares ou outros quaisquer de comunicação com o mundo exterior representa esforço coerente e necessário para que haja a quebra da cadeia de comando dessas organizações criminosas. Isso redundará em reflexos diretos na melhora do quadro de segurança pública de nosso País, que hodiernamente registra um quadro dos mais nefastos (dados de 2021¹): mais de 47 mil mortes violentas intencionais; mais de 6 mil mortes em intervenções policiais e quase 200 policiais mortos; mais de 66 mil estupros e quase 14 mil adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação, entre outros dados estarrecedores.

Assim é que voltar nossas atenções para o efetivo controle das penitenciárias brasileiras, o que inclui a privação de contato regular e

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15



\_

indiscriminado dos presos com pessoas livres, é medida urgente e relevante. Uma forma de contribuir para esse isolamento, então, é justamente os privando da possibilidade de carregamento das baterias de tais dispositivos. Aí está, pois, o cerne da proposição legislativa que ora apresentamos.

Na certeza de que estamos contribuindo para o avanço da legislação brasileira afeta ao tema, apresentamos o presente projeto de lei, esperando robusto apoio de nossos Pares para sua completa aprovação.

> Sala das Sessões, em de de 2023.

> > PEDRO AIHARA Deputado Federal



